



CTG *Brasil*

Demonstrações Financeiras **2024**

**Rio Paraná
Energia S.A.**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A gestão da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Paraná”), subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. (“CTG Brasil”), apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2024, acompanhado das Demonstrações Financeiras elaboradas conforme a legislação societária brasileira vigente.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, conduzida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as disposições da Resolução CVM nº 162/22. Cumprindo essa mesma norma, destacamos que a empresa de auditoria e seus profissionais vinculados não executaram nenhum serviço que não estivesse relacionado exclusivamente a trabalhos de asseguração, exceto pelos trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) relacionados ao relatório de controle patrimonial (RCP).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais da Rio Paraná estão disponíveis de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil. Este documento é desenvolvido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), abrangendo indicadores socioambientais definidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2024 consolidando avanços importantes para a Rio Paraná Energia, reforçando o nosso compromisso com resultados operacionais e financeiros sólidos, eficiência em processos e excelência em segurança. Mesmo diante de um cenário desafiador, nossas estratégias comerciais e operacionais demonstraram sua eficácia ao mitigar impactos do período seco, protegendo a receita e garantindo estabilidade.

Atingimos uma geração de energia consistente, reforçando a resiliência do nosso modelo de negócio. As usinas de Ilha Solteira e Jupia geraram 18.361 GWh de energia em 2024, crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Adotamos medidas preventivas e desenvolvemos mecanismos que reduziram os efeitos de fatores como o GSF (*Generation Scaling Factor* ou, em português, Fator de Ajuste de Garantia Física) e a volatilidade do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), referência para o preço da energia no Mercado Livre. Com essa abordagem, otimizamos a gestão de riscos e aproveitamos oportunidades estratégicas de compra de energia no primeiro semestre, reduzindo custos no segundo.

Nosso projeto de modernização das usinas é um dos maiores do setor energético brasileiro. Em 2024, concluímos o segundo lote e iniciamos a contratação do terceiro, cujas obras ocorrerão entre 2025 e 2028. Esse novo lote abrangerá a modernização de mais seis unidades geradoras, totalizando 18. Até o momento, 12 unidades já foram modernizadas, tornando-as mais eficientes, confiáveis e com taxas de falhas próximas a zero.

Mantemos padrões de excelência em segurança do trabalho, reforçando nosso compromisso com a integridade das equipes e a melhoria contínua. Esse desempenho nos coloca entre as empresas com as melhores práticas do setor.

Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros pelo empenho e dedicação ao longo do ano. Seguimos firmes em nossa missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável e fortalecer a energia limpa no Brasil, com solidez, responsabilidade e visão de futuro

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

PERFIL DA COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A., subsidiária direta da CTG Brasil, é responsável pela operação das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, ambas situadas no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

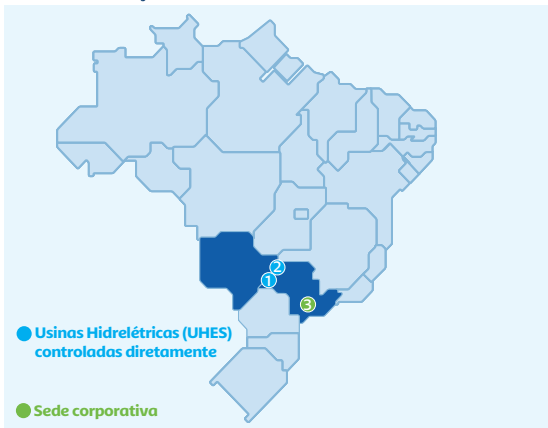
A UHE Ilha Solteira, com 20 unidades geradoras, destaca-se como a maior hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e a sexta maior do Brasil. Localizada entre Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a usina desempenha um papel essencial na estabilização de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Seu reservatório de acumulação cobre uma área de 1.195 km², com uma barragem de 5,6 km de extensão. A UHE Jupia, oficialmente denominada Engenheiro Souza Dias, possui 14 unidades geradoras e está localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A presença de uma eclusa na usina facilita a navegação entre os rios Paraná e Tietê, promovendo a integração hidroviária regional.

Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW.

Desde 2017, as duas usinas passam por um programa de modernização, com conclusão prevista para 2038 e investimento total de R\$ 3 bilhões. O plano abrange a renovação das 34 unidades geradoras, garantindo maior eficiência e prolongando a vida útil dos ativos. Com 12 unidades reformadas até agora, a Rio Paraná consolida sua posição como referência nacional em modernização de usinas hidrelétricas.

As operações da Rio Paraná contam com o suporte administrativo da CTG Brasil, conforme o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

MAPA DE OPERAÇÕES



Localização no mapa	Estado	Unidade	Capacidade instalada
1	SP/MS	UHE Jupia	1.551,2 MW
2	SP/MS	UHE Ilha Solteira	3.444 MW
3	SP	São Paulo - Sede corporativa	

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

A ética e a integridade são pilares fundamentais das atividades e relações da Rio Paraná Energia S.A., sendo continuamente fortalecidas por meio do Programa Corporativo de *Compliance*.

PRAZOS DE CONCESSÃO

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 18.361 GWh em 2024, valor consolidado e validado pela CCEE, o que representa um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Esse resultado está associado ao cenário hidrológico, que registrou o menor nível desde 2021 - em alguns momentos do ano com índices recordes - e afetou todas as bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN). Isso resultou na adoção de medidas das autoridades reguladoras como o despacho mais intenso de termelétricas e a restrição de vazão de hidrelétricas no período de maior estiagem.

Todos os colaboradores são periodicamente capacitados por meio de treinamentos que reforçam a adesão ao Código de Ética e Conduta, assegurando a criação de um ambiente de trabalho alinhado às melhores práticas de ética profissional e ao cumprimento das políticas internas e legislações aplicáveis.

Os treinamentos também incluem orientações específicas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), garantindo que 100% dos colaboradores estejam alinhados às normas sobre tratamento de dados pessoais adotadas pela Companhia.

Os processos da companhia contam com as certificações ISO 37301 e 37001, que conferem maior solidez ao sistema de gestão de riscos e destacam a robustez do Programa Corporativo de *Compliance*.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rio Paraná Energia S.A., constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, tem como acionista majoritária a China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital social, enquanto os 33,33% restantes são de propriedade da Huikai Clean Energy.

Registrada na categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia adota práticas avançadas de governança corporativa, ampliando seu acesso a investidores e fortalecendo sua credibilidade no mercado financeiro e junto aos credores.

Sua estrutura de governança é composta pelos órgãos estatutários: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração é formado por quatro membros, incluindo dois representantes dos sócios minoritários. Eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, os conselheiros são responsáveis por nomear os integrantes da Diretoria Executiva, encarregada de conduzir a gestão estratégica da empresa.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração	
Nome	Cargo
Zhang Liyi	Presidente
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Membro
Xingayang Cao	Membro
Zhigang Chen	Membro

Diretoria Estatutária	
Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Cesar Teodoro	Diretor de Engenharia
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Márcio José Peres	Diretor de Gestão de Ativos

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Em 2024, o Brasil experimentou uma recuperação econômica moderada, com crescimento puxado pelo setor de serviços e agronegócio. A inflação foi controlada, mas ainda acima da meta, e as taxas de juros altas impactaram o consumo e os investimentos. O ano foi marcado por uma recuperação gradual, mas os desafios fiscais e a necessidade de reformas ainda estão no centro das discussões para um crescimento sustentável no futuro.

A inflação medida pelo IPCA fechou 2024 em 4,83%, apresentando um pequeno crescimento em relação ao ano anterior. Esse resultado foi impactado pela alta nos preços de alimentos e energia, além de pressões no setor de serviços.

O Banco Central manteve uma política monetária rígida em virtude do controle inflacionário. Durante o ano, houve um ciclo de redução gradual na taxa Selic, mas no último trimestre essa tendência se inverteu novamente com acréscimo na taxa de juros em resposta às pressões inflacionárias.

O setor de energia foi um dos destaques em 2024, com investimentos em infraestrutura e energia renovável ganhando força. A Rio Paraná, por exemplo, se destacou com sua emissão de debêntures e atração de recursos.

Em 2024, o real brasileiro enfrentou uma desvalorização significativa, encerrando o ano com uma queda de 21,82% frente ao dólar, a maior desde 2020.

Essa desvalorização foi impulsionada por fatores internos e externos. Internamente, o aumento do risco fiscal, com o governo enfrentando dificuldades em equilibrar as contas públicas, gerou preocupações sobre a sustentabilidade fiscal, afetando a confiança dos investidores e resultando em uma maior desvalorização da moeda brasileira.

Externamente, a política monetária do Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos, que manteve as taxas de juros elevadas, fortaleceu o dólar globalmente, pressionando moedas emergentes como o real.

Tensões geopolíticas globais: Conflitos no Oriente Médio e outras crises globais elevaram a aversão ao risco e aumentaram a demanda por dólares.

Indicadores macroeconômicos	Tríênio		
	2022	2023	2024
PIB	2,9%	2,9%	3,5%*
IPCA	5,79%	4,62%	4,83%
IGP-M	5,45%	-3,18%	6,54%
Taxa Selic	13,75%	11,75%	12,25%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	7,20%	6,55%	7,43%
Taxa de Câmbio (USD)	5,220	4,890	6,192

* O valor do PIB de 3,5% para 2024 é uma estimativa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro de 2025. O fechamento oficial será divulgado apenas em março de 2025.

CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná segue engajada nas discussões regulatórias que moldam o futuro do setor, participando ativamente de diálogos com associações setoriais e empresas do segmento.

Em 2024, as expectativas se mantiveram com relação à atualização de mecanismos de precificação das UHEs pelos serviços prestados para manter a segurança energética do País. A flexibilidade operativa das hidrelétricas e a rapidez de resposta se tornaram ainda mais importantes para a confiabilidade do Sistema Integrado Nacional (SIN) à medida que as fontes eólicas e solar aumentam sua participação na geração e se busca uma matriz elétrica 100% renovável.

A partir de 01 de outubro de 2024, a garantia física da UHE Jupia passou de 844,9 para 849,9 MW médios conforme o Despacho Aneel 2.780, referente à homologação dos parâmetros das UGs nº 1, 3, 10 e 13. Esse ganho é resultado do programa de modernização realizado pela empresa. Apesar de não ser o foco das obras, o aumento da capacidade de geração ocorre com a geração de energia com menor uso de água - consequência das melhorias implementadas no segundo lote de modernização da usina.

Na área de segurança de barragens, o ano foi marcado pela conclusão do Plano de Atendimento à Emergência (PAE), antes do fim do prazo regulatório. A implantação incluiu a instalação de sistemas de sirenes, sinalizações, a realização de simulados com comunidades e integração com órgãos de defesa civil. Adicionalmente, a empresa avançou na automação da instrumentação das barragens de Jupia e Ilha Solteira, reduzindo a necessidade de leituras manuais e aumentando a confiabilidade do monitoramento estrutural. Cabe ressaltar ambas as barragens são classificadas como seguras, de baixo risco e estão em total conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Segurança de Barragens.

MODERNIZAÇÃO DAS USINAS

O processo de modernização das usinas Jupia e Ilha Solteira, um dos maiores projetos de revitalização do setor energético brasileiro, com um investimento inicial de R\$ 3 bilhões, já modernizou 12 das 34 unidades geradoras. O terceiro lote, contemplando mais 6 unidades, teve os processos de contratação dos fornecedores em 2024 e as obras ocorrerão entre 2025 e 2028.

As ações de renovação do segundo lote contemplaram a instalação, substituição e montagem das unidades geradoras (turbinas, geradores e sistemas auxiliares), além da etapa de testes.

Além de melhorar a confiabilidade e a eficiência das usinas, construídas na década de 70, o projeto ainda proporcionou um ganho de garantia física para a Usina de Jupia homologado pela Aneel em 2024. Apesar de não ser o foco principal das obras de modernização, o ganho de eficiência, com a produção de geração de energia com menor uso de água é uma consequência das melhorias - o que permitiu o reconhecimento do aumento da garantia física pelo órgão regulador. A modernização introduz tecnologias avançadas que melhoraram a durabilidade e a eficiência dos equipamentos.

O projeto elevará as Usinas de Jupia e Ilha Solteira a um novo nível de desempenho a longo prazo, destacando-se por sua maior disponibilidade, confiabilidade, alto grau de automação, redução nos custos de manutenção e aprimoramento da segurança para pessoas e equipamentos, entre outros benefícios. Essas melhorias posicionam as usinas para operar com excelência e produtividade por cerca de 50 anos.

GERAÇÃO DE ENERGIA (GWh)				
Usinas	2022	2023	2024	Variação 2023 x 2024
UHE Ilha Solteira	10051,0	12710,0	11768,0	-7,4%
UHE Jupia	5585,0	5314,0	6593,0	24,1%
Total	15636,0	18024,0	18361,0	1,9%

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE*				
	2022	2023	2024	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,37%	95,53%	95,31%	94,76%
UHE Jupia	92,84%	92,93%	92,42%	94,76%
Consolidado (média)	94,58%	94,72%	94,27%	94,68%

* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIfa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)*(1-TEIfa). Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

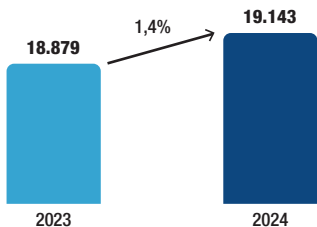
COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2024 foi bastante desafiador para o mercado de comercialização de energia. Vivenciamos sucessivas ondas de calor com picos expressivos de demanda por energia, aliadas a um cenário hidrológico, em geral bastante adverso até o início do período úmido, o que se traduziu em uma grande volatilidade de preços tanto no curto como no longo prazo por todo o ano.

Com uma gestão eficiente, foi possível antever movimentos de mercado e atuar nas melhores oportunidades para as realizações das compras e vendas de energia, especialmente em contratos de mais longo prazo agregando valor significativo ao portfólio da Companhia.

Recertificada em 2024 pela ISO 9001, por seu Sistema de Gestão da Qualidade, a área dedicada à comercialização de energia encerrou o ano tendo negociado 13.779 GWh (72%) no Mercado Regulado (ACR) e 5.364,2 GWh (28%) no Mercado Livre (ACL), no total 19.143,2 GWh em contratos.

Energia vendida (Gwh)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa seção do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES			
	2024	2023	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.542.696	2.621.293	-3,0%
Receita de ativos financeiros	1.713.864	1.596.837	7,3%
(-) Deduções à receita operacional	(380.341)	(389.789)	-2,4%
Receita operacional líquida	3.876.219	3.828.341	1,3%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(846.373)	(758.192)	11,6%
Resultado de participação societárias	-	39	-100,0%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	3.029.846	3.070.188	-1,3%
Ebitda	3.299.871	3.339.283	-1,2%
Margem Ebitda - %	85,1%	87,2%	-2,1 p.p.
Resultado financeiro	(625.225)	(120.250)	419,9%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.404.621	2.949.938	-18,5%
Lucro líquido do exercício	1.885.531	2.251.422	-16,3%
Margem líquida - %	48,6%	58,8%	-10,2 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,26881	0,32097	-16,3%

Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 3.876,2 milhões, que representa um crescimento de R\$ 47,9 milhões ou + 1,3% em relação ao ano de 2023. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Elevação de R\$ 117 milhões na receita de ativos financeiros, principalmente pela variação positiva medida no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na comparação entre os períodos. O IPCA é o indexador que atualiza a linha de receita de ativos financeiros;
- Crescimento de R\$ 34,9 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo IPCA;
- Elevação de R\$ 55,1 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), basicamente em virtude de um maior volume liquidado nessa modalidade na comparação entre os dois períodos;
- Redução de R\$ 169,5 milhões na receita de contratos bilaterais no mercado livre principalmente pelo menor preço médio dos contratos na comparação entre os dois exercícios.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

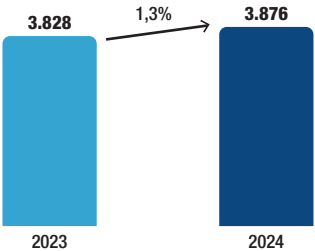


Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

★ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita operacional líquida
(R\$ milhões)

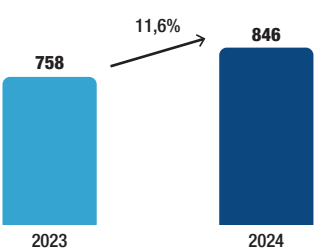


CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS			
	2024	2023	Variação
Pessoal	(97.739)	(93.712)	4,3%
Material	(8.688)	(8.117)	7,0%
Serviços de terceiros	(51.925)	(46.909)	10,7%
Energia comprada	(115.631)	(18.190)	535,7%
Depreciação e amortização	(270.025)	(269.095)	0,3%
Encargos de uso da rede elétrica	(203.867)	(197.075)	3,4%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(35.454)	(35.359)	0,3%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.893)	(2.724)	-30,5%
Seguros	(10.170)	(10.442)	-2,6%
Aluguéis	(1.265)	(768)	64,7%
Reversões/(constituições) de provisões para riscos	22.247	(2.866)	876,2%
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	—	(6.469)	-100,0%
Compartilhamento de despesas	(54.121)	(60.044)	-9,9%
Outros	(17.842)	(6.422)	177,8%
	(846.373)	(758.192)	11,6%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram um crescimento de R\$ 88,2 milhões ou 11,6%, quando comparado ao ano de 2023. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Elevação de R\$ 97,4 milhões nos custos com Energia comprada, principalmente, em função da piora do cenário de hidrologia e consequente necessidade para cobertura de lastro;
- Variação positiva de R\$ 25,1 milhões na rubrica de reversões/constituições de provisões para riscos, principalmente em virtude da baixa do saldo de contingência regulatória que tratava da discussão de Programa de Integração Social (PIS)/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) relativos ao ano de 2016 com o encerramento das discussões com a ANEEL/CCEE.

Custos e outros resultados operacionais
(R\$ milhões)



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.708.872	555.507	Fornecedores	12	118.581	86.500
Clientes	6	417.925	394.850	Salários, provisões e contribuições sociais		26.853	27.253
Tributos a recuperar	7	5.236	5.479	Tributos a recolher	7	360.087	271.770
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	1.292.618	1.232.556	Encargos setoriais	13	74.950	83.209
Partes relacionadas	16.3	—	976	Debêntures	14	169.466	356.534
Serviços em curso		43.278	49.830	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	15	1.387.512	641.750
Outros créditos		38.978	35.803	Partes relacionadas	16.3	1.515.886	389.829
Total do ativo circulante		3.506.907	2.275.001	Provisões para grandes reparos	17	329.646	338.931
Não circulante				Provisões para riscos	18	—	19.883
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		2.410	2.356
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	11.359.155	11.013.212	Total do passivo circulante		3.985.391	2.218.015
Depósitos judiciais	9	633.176	589.715	Não circulante			
		11.992.331	11.602.927	Tributos diferidos	23.2	1.560.864	1.526.138
Imobilizado	10	38.278	51.657	Encargos setoriais	13	26.608	23.744
Intangível	11	5.840.078	6.088.176	Debêntures	14	1.589.380	1.710.332
Total do ativo não circulante		17.870.687	17.742.760	Partes relacionadas	16.3	—	746.367
Total do ativo		21.377.594	20.017.761	Provisões para grandes reparos	17	1.598.770	1.545.160
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Provisões para riscos	18	854	3.084
				Outras obrigações		1.149	2.062
				Total do passivo não circulante		4.777.625	5.556.887
				Total do passivo		8.763.016	7.774.902
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		6.649.017	6.649.017
				Reserva legal		716.557	622.281
				Reserva de lucros		5.249.004	4.971.561
				Total do patrimônio líquido		12.614.578	12.242.859
				Total do passivo e patrimônio líquido		21.377.594	20.017.761

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Reservas			Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	4.971.561	12.242.859
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.885.531
	—	—	—	1.885.531
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	—
Reserva legal	—	94.276	—	(94.276)
Reserva de retenção de lucros	—	—	299.255	(299.255)
Dividendos propostos	—	—	(21.812)	(650.000)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(842.000)
	—	94.276	277.443	(1.885.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	5.249.004	12.614.578
	Reservas			Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.649.017	509.710	3.587.710	10.746.437
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	2.251.422
	—	—	—	2.251.422
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	—
Reserva legal	—	112.571	—	(112.571)
Reserva de retenção de lucros	—	—	1.383.851	(1.383.851)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(755.000)
	—	112.571	1.383.851	(2.251.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	4.971.561	12.242.859
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

EBITDA E MARGEM EBITDA			
	2024	2023	Variação
Lucro líquido do exercício	1.885.531	2.251.422	-16,3%
Imposto de renda e contribuição social	519.090	698.516	-25,7%
Resultado financeiro (líquido)	625.225	120.250	419,9%
Depreciação e amortização	270.025	269.095	0,3%
Ebitda	3.299.871	3.339.283	-1,2%
Margem Ebitda	85,1%	87,2%	-2,1 p.p.

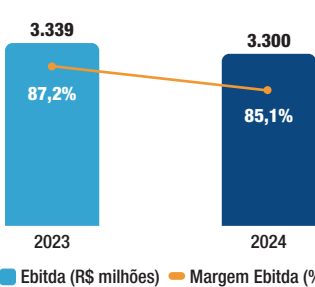
O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2024 totalizou R\$ 3.299,9 milhões, representando uma pequena redução de R\$ 39,4 milhões ou -1,2% na comparação com o ano de 2023, em um ano desafiador e de escassez hídrica.

A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 85,1 %, resultado menor em -2,1 p.p. em relação ao ano de 2023.

Ebitda
(R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO			
	2024	2023	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	107.953	76.662	40,8%
Variações monetárias	44.948	52.827	-14,9%
Varição cambial ativa	49.488	399.722	-87,6%
Outros	(4.869)	(3.390)	43,6%
	197.520	525.821	-62,4%
Despesas			
Juros	(181.997)	(263.276)	-30,9%
Variações monetárias	(2.909)	(15.743)	-81,5%
Varição cambial passiva	(361.906)	(248.054)	45,9%
Atualização/AVP de provisão de grandes reparos	(274.235)	(117.056)	134,3%
Outros	(1.698)	(1.942)	-12,6%
	(822.745)	(646.071)	27,3%
Resultado financeiro líquido	(625.225)	(120.250)	419,9%

AVP - Ajuste a Valor Presente

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi negativo em R\$ 625,2 milhões, representando uma piora de R\$ 505 milhões em relação ao ano de 2023. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Impacto líquido desfavorável de R\$ 464,1 milhões no resultado decorrente do reconhecimento contábil da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2024. Em 2024, houve desvalorização de -20,9% (de R\$ 4,8972 para R\$ 6,1923) enquanto em 2023 a moeda brasileira tinha valorizado 6,3% (de R\$ 5,2177 para R\$ 4,8972). Não houve amortizações de parcelas desse empréstimo em 2024, dessa forma essa variação cambial não se materializou no caixa da Companhia.

- Aumento de R\$ 157,2 milhões na despesa de atualização monetária referente ao passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos. Esse aumento se justifica pela variação na projeção futura esperada para os índices de inflação IPCA e IGPM que são os indicadores que atualizam esse passivo;
- Redução de R\$ 44 milhões nas despesas com juros relativos ao empréstimo mantido pela Companhia junto ao Banco Mitsubishi em razão da liquidação dessa dívida no mês de julho de 2023;
- Redução de R\$ 32,9 milhões nos juros sobre debentures, basicamente em virtude das amortizações e liquidações realizadas entre os exercícios;
- Crescimento de R\$ 31,3 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do maior saldo médio de caixa na comparação entre os exercícios.

Endividamento			
	2024	2023	Variação
Debêntures			
Curto prazo	169.466	356.534	-52,5%
Longo prazo	1.589.380	1.710.332	-7,1%
Partes relacionadas	1.515.886	1.127.712	34,4%
Curto prazo	1.515.886	381.345	297,5%
Longo prazo	—	746.367	-100,0%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.708.872)	(555.507)	207,6%
Dívida líquida	1.565.860	2.639.071	-40,7%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou redução de 40,7% ou R\$ 1.073,2 milhões na comparação com a posição final de 2023. Acerca dessa variação cabe destacar a maior posição de caixa, a redução do saldo das debêntures mantidas pela Companhia e a elevação do saldo do empréstimo com partes relacionadas em função do reconhecimento da variação cambial.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2024	2023	Variação
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/11/2025	1.515.886	1.127.712	34,4%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	169.933	326.810	-48,0%
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	—	195.698	-100,0%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	789.585	745.671	5,9%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	799.328	798.687	0,1%
			3.274.732	3.194.578	2,5%

USD - Dólar/DI - Depósito interbancário

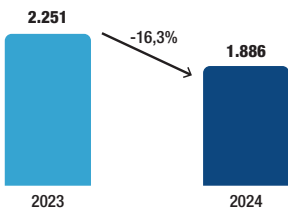
LUCRO LÍQUIDO

Em virtude dos fatores detalhados anteriormente, o lucro líquido em 2024 foi de R\$ 1.885,5 milhões, o que representa uma redução de R\$ 365,9 milhões ou -16,3% na comparação com o exercício de 2023.

Acerca dessa variação, vale destacar o impacto negativo de R\$ 464,1 milhões referente ao reconhecimento contábil dos efeitos da variação cambial sobre o empréstimo com partes relacionadas mantido pela Companhia com a CTG Luxemburgo.

Normalizando esse efeito supracitado, isto é, excluindo-se os efeitos da variação cambial, o lucro líquido do ano de 2024 ficou em linha com o desempenho de 2023, apresentando uma pequena redução de -2,8% na comparação com o exercício anterior.

Lucro líquido
(R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	20	3.876.219	3.828.341
Custos operacionais			
Pessoal		(88.533)	(83.885)
Material		(8.685)	(8.089)
Serviços de terceiros		(45.573)	(40.360)
Energia comprada	21.2	(115.631)	(18.190)
Depreciação e amortização	10 e 11	(267.954)	(267.072)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(203.867)	(197.075)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(35.454)	(35.359)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.893)	(2.724)
Seguros		(9.994)	(10.216)
Aluguéis		(1.027)	(547)
Reversões/(constituições) de provisões para riscos	18.2	2.057	(2.866)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.2	—	(6.469)
Outros		(3.418)	(3.273)
		(779.972)	(676.125)
Resultado bruto		3.096.247	3.152.216
Outros resultados operacionais			
Pessoal		(9.206)	(9.827)
Material		(3)	(28)
Serviços de terceiros		(6.352)	(6.549)
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.071)	(2.023)
Seguros		(176)	(226)
Aluguéis		(238)	(221)
Reversões de provisões para riscos	18.2	20.190	—
Compartilhamento de despesas	16.3	(54.121)	(60.044)
Outros		(14.424)	(3.149)
		(66.401)	(82.067)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		—	39
		—	39
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		3.029.846	3.070.188
Resultado financeiro			
	22		
Receitas		197.520	525.821
Despesas		(822.745)	(646.071)
		(625.225)	(120.250)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	23	2.404.621	2.949.938
Corrente		(484.365)	(393.140)
Diferido		(34.725)	(305.376)
		(519.090)	(698.516)
Lucro líquido do exercício		1.885.531	2.251.422
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	0,26881	0,32097
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.885.531	2.251.422
Outros resultados abrangentes do exercício			
Itens que não serão reclassificados para o resultado		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		1.885.531	2.251.422
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
★ continuação							
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Receitas							
				Remuneração direta		49.907	48.892
Venda de energia	21.1	2.542.696	2.621.293	Benefícios		19.760	16.006
Receita de ativos financeiros	8.3	1.713.864	1.596.837	Fundo de Garantia do Tempo de			
Outras receitas		1.201	9.447	Serviço (FGTS)		4.967	4.103
Perdas estimadas para créditos de				Participação nos resultados		10.248	11.997
liquidação duvidosa (PECLD)	6	—	(6.469)			84.882	80.998
		<u>4.257.761</u>	<u>4.221.108</u>	Impostos, taxas e contribuições			
Insumos adquiridos de terceiros							
				Federais		879.530	1.085.760
Energia comprada e encargos de uso da rede	21.2 e 21.3	(349.389)	(237.620)	Estaduais		1.774	144
Materiais e serviços de terceiros		(122.793)	(115.092)	Municipais		35.877	35.764
Outros resultados operacionais		(6.358)	(27.630)			917.181	1.121.668
		<u>(478.540)</u>	<u>(380.342)</u>	Remuneração de capitais de terceiros			
Valor adicionado bruto		<u>3.779.221</u>	<u>3.840.766</u>	Aluguéis		1.463	957
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(270.025)	(269.095)	Outras despesas financeiras		822.745	646.071
Valor adicionado líquido produzido		<u>3.509.196</u>	<u>3.571.671</u>			824.208	647.028
Equivalência patrimonial		—	39	Remuneração de capitais próprios			
Outras receitas financeiras		202.606	529.406	Juros sobre capital próprio (JSCP)		842.000	755.000
Valor adicionado recebido em transferência		<u>202.606</u>	<u>529.445</u>	Dividendos		671.812	—
Valor adicionado total a distribuir		<u>3.711.802</u>	<u>4.101.116</u>	Lucros retidos		371.719	1.496.422
Distribuição do valor adicionado						1.885.531	2.251.422
Pessoal				Valor adicionado distribuído		3.711.802	4.101.116
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional
A Rio Paraná Energia S.A. (ou "Companhia" ou "Rio Paraná") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).
A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupirá e (UHE) Ilha Solteira.
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 478.484, em virtude basicamente dos seguintes fatos:
• Transferência para o passivo circulante da parcela referente a dívida de partes relacionadas com a CTG Lux;
• Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.
A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.
1.2. Contratos de Concessão
Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupirá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

SP - São Paulo/MS - Mato Grosso do Sul/MW - Megawatt

No dia 01 de outubro de 2024, foi publicado o Despacho Aneel 2.780, referente a homologação dos parâmetros das UGs nºs 1, 3, 10 e 13 (2º lote da modernização), a garantia física da UHE Jupirá passa de 844,9 para 849,9 MW médios.
1.3. Atualização da receita anual de geração - (RAG) ciclo 2024/2025
Foi publicada em 23 de julho de 2024 Resolução homologatória nº 3.353/2024 para a RAG referente ao período de julho/2024 até junho/2025, devido aos índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupirá, diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 30,7 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE.
1.4. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul
Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.
As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhões de pessoas impactadas pelo evento climático extremo.
Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras em razão do ocorrido.
1.5. Eventos tributários
1.5.1. Reforma tributária
Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.
A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".
Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.
A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2025.
2.2. Base de preparação e mensuração
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.
As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.
2.3. Moeda funcional e moeda de preparação
As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

(Aneel) assinaram o contrato de Concessão nº 01/2016 das Usinas Hidrelétricas (UHE) Ilha Solteira e Jupirá, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.
De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.
O modelo do Contrato de Concessão da Companhia corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:
O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;
Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

2.4. Continuidade operacional
A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:
i. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 13.2);
ii. Provisão de grandes reparos (nota explicativa nº 17);
iii. Provisões para riscos (nota explicativa nº 18); e
iv. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 23.2).

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.
3.1. Serviços em curso
Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.1.2).
3.2. Participação nos lucros
O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.
3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas
Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
• Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
• Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16)
• Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7)
O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
• Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21).
Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
• Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
• Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.
A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.404.621	2.949.938
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial		—	(39)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		—	6.469
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	270.025	269.095
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	10.2 e 11.2	293	81
Juros e variação monetária de ativos financeiros	8.3	(1.713.864)	(1.596.837)
Apropriação de juros sobre empréstimos		—	44.008
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	14.4	107.009	140.149
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	16.4	388.174	(71.563)
Atualização e amortização AVP sobre provisão de grandes reparos	17.3	274.235	117.056
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Reversões)/constituições e variações monetárias sobre provisão para riscos	18.2	(21.868)	15.655
Outras variações		1.159	2.720
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		(21.714)	(34.469)
Ativo financeiro vinculado à concessão	8.3	1.307.859	1.261.159
Partes relacionadas		(7.508)	61.448
Serviços em curso		(10.372)	(17.388)
Depósito judicial		91	(97)
Fornecedores		32.081	(15.124)
Salários, provisões e contribuições sociais		(400)	2.321
Encargos setoriais		9.001	16.617
Capitalização de debêntures	14.4	104.540	113.598
Provisões para grandes reparos	17.3	(229.910)	(287.165)
Provisão para riscos	18.2	(218)	(177.977)
Impostos, taxas e contribuições		(148.558)	(146.211)
Outras variações ativas e passivas		(4.034)	(2.106)
Caixa gerado pelas operações		2.697.063	2.598.745
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(373.538)	(383.681)
Pagamento de juros sobre empréstimos		—	(44.715)
Pagamento de juros sobre debentures	14.4	(158.406)	(202.475)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14.4	(46.163)	—
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	16.4	—	(77.780)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.118.956	1.890.094
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	10.2 e 11.2	(8.841)	(16.175)
Caixa líquido de controlada incorporada		—	449
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.841)	(15.726)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos		—	(675.000)
Pagamento de debêntures	14.4	(315.000)	(120.000)
Pagamento de partes relacionadas		—	(1.141.968)
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.2	(641.750)	(544.000)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(956.750)	(2.480.968)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.153.365	(606.600)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		555.507	1.162.107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.708.872	555.507
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

4.1.1. Riscos de mercado
4.1.1.1. Risco hidrológico
O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).
Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.
Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.
4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.
As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.
O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).
4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano
Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.
4.1.3. Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.
No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.
O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.
4.1.4. Risco de liquidez
A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.
Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.
A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.
Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
	0,0%	0,0%	10,9%	14,0%	6,0%	14,2%	
Taxa média anual de depreciação							
(A) Imobilizado em curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	338	3.230	34.843	35	198	–	38.644
Estornos/Adições	–	169	13.209	–	394	335	14.107
Transferências	–	(2.614)	(6.774)	(35)	(78)	(335)	(9.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	338	785	41.278	–	514	–	42.915
(B) Imobilizado em serviço							
Custo	–	–	219	8.551	2.486	9.416	20.672
Depreciação acumulada	–	–	(116)	(4.088)	(900)	(4.845)	(9.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–	103	4.463	1.586	4.571	10.723
Estornos/Adições	–	–	–	–	–	172	172
Baixas	–	–	(1)	(73)	–	–	(74)
Transferências	–	–	335	35	299	–	669
Depreciação	–	–	(60)	(1.186)	(139)	(1.363)	(2.748)
Custo	–	–	551	8.448	2.311	9.588	20.898
Depreciação acumulada	–	–	(174)	(5.209)	(565)	(6.208)	(12.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	377	3.239	1.746	3.380	8.742
(A+B) Imobilizado líquido	338	785	41.655	3.239	2.260	3.380	51.657

11. INTANGÍVEL

11.1. Política contábil
Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Infraestrutura de concessão	Grandes reparos	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Em serviço					
Vida útil-econômica remanescente em anos	22	22	2		22
11.2. Composição e movimentação					

	Infraestrutura de concessão	Grandes reparos	Software	Licença operacional (LO)	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	2,4%	3,4%	16,9%	0,0%	3,9%	
(A) Intangível em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	2.314	2.188	–	4.502
Adições	–	–	263	713	–	976
Transferências	–	–	(1.597)	–	–	(1.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	–	980	2.901	–	3.881
(B) Intangível em serviço						
Custo	6.487.682	2.939.905	26.755	–	147.862	9.602.204
Amortização acumulada	(2.883.697)	(607.831)	(13.125)	–	(13.877)	(3.518.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.603.985	2.332.074	13.630	–	133.985	6.083.674
Baixas	(77)	–	–	–	–	(77)
Transferências	18.402	–	1.670	–	–	20.072
Amortização	(157.274)	(99.658)	(4.798)	–	(5.742)	(267.472)
Custo	6.505.933	2.939.905	28.425	–	147.862	9.622.125
Amortização acumulada	(3.040.897)	(707.489)	(17.923)	–	(19.619)	(3.785.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.465.036	2.232.416	10.502	–	128.243	5.836.197
(A+B) Intangível líquido	3.465.036	2.232.416	11.482	2.901	128.243	5.840.078

	Infraestrutura de concessão	Grandes reparos	Software	Licença operacional (LO)	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	2,4%	3,4%	16,8%	0,0%	3,9%	
(A) Intangível em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–	1.974	843	–	2.817
Estornos/Adições	–	–	551	1.345	–	1.896
Transferências	–	–	(211)	–	–	(211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	2.314	2.188	–	4.502
(B) Intangível em serviço						
Custo	6.531.680	2.939.905	26.940	–	147.862	9.646.387
Amortização acumulada	(2.780.782)	(508.173)	(8.647)	–	(8.135)	(3.305.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.750.898	2.431.732	18.293	–	139.727	6.340.650
Baixas	(7)	–	–	–	–	(7)
Transferências	9.557	–	(179)	–	–	9.378
Amortização	(156.463)	(99.658)	(4.484)	–	(5.742)	(266.347)
Custo	6.487.682	2.939.905	26.755	–	147.862	9.602.204
Amortização acumulada	(2.883.697)	(607.831)	(13.125)	–	(13.877)	(3.518.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.603.985	2.332.074	13.630	–	133.985	6.083.674
(A+B) Intangível líquido	3.603.985	2.332.074	15.944	2.188	133.985	6.088.176

11.3. Itens que compõem o intangível
11.3.1. Dos bens vinculados à concessão
Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.3.2. Infraestrutura de concessão
O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG). O reconhecimento contábil dessa outorga de acordo com o ICPC 01 se deu no modelo bifurcado, sendo que houve reconhecimento de e um intangível de R\$ 4.796 MM que se refere ao direito de cobrar os usuários de serviços públicos e um ativo financeiro de R\$ 9.007 MM, conforme nota explicativa nº 8, que não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativos financeiros”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

11.3.3. Grandes reparos
Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despende nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no edital do leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item, o valor da provisão pode ser alterado de acordo com a necessidade. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

11.3.4. Softwares
As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.3.5. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)
Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:
i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.
Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

14.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2018	16/06/2025	240.000	1
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2024	195.000	1
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2031	650.000	1
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/06/2022	27/06/2027	800.000	1

14.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato

14.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.7.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira, Segunda e Terceira emissão, a serem apurados com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (Aneel):

- i. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

12. FORNECEDORES

12.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.2. Composição

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	22.842	24.377
Materiais e serviços contratados	48.591	75.199
Encargos de uso da rede elétrica	3.517	3.517
Tust	74.950	101.558
Tust - Taxa de Uso do Sistema de Transmissão	83.209	23.744
A variação no saldo do suprimento de energia elétrica se dá em função da piora do cenário de hidrologia e consequente necessidade para cobertura de lastro.	118.581	86.500

13. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

13.1. Composição

	2024	2023
Circulante	22.842	22.842
Não circulante	–	–
Total	48.591	75.199
Circulante	3.517	3.517
Não circulante	–	–
Total	74.950	101.558

13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPGDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQI) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI. Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da ANEEL.

13.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14. DEBÊNTURES

14.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14.2. Composição

			2024						
			Circulante	Não circulante					
			Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Juros e (custos de transação)
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	49.933	169.933	–	–	–
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	–	(663)	(663)	650.000	140.248	790.248
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	–	196	196	800.000	(868)	799.132
			120.000	49.466	169.466	1.450.000	139.380	1.589.380	
			Circulante	Não circulante					
			Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Juros e (custos de transação)
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	44.388	164.388	120.000	42.422	162.422
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	195.000	698	195.698	–	–	–
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	–	(3.720)	(3.720)	650.000	99.391	749.391
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	–	168	168	800.000	(1.481)	798.519
			315.000	41.534	356.534	1.570.000	140.332	1.710.332	

14.3. Vencimento

Debêntures 2ª emissão série 2
Debêntures 3ª emissão série única

14.4. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	1º Emissão	2º Emissão	3º Emissão	Total
Movimentação	Série 2	Série 1	Série 2	Série única
Amortização de custos de transação	326.810	195.698	745.671	798.687
Capitalização de custos de transação	–	155	–	613
Apropriação de juros	1.131	–	2.081	3.212
Capitalização de juros	–	10.620	–	95.621
Capitalização de variação monetária	14.861	–	36.355	51.216
Pagamento de juros	8.424	–	41.688	50.112
Pagamento de variação monetária	(15.130)	(11.473)	(36.210)	(95.593)
Pagamento de principal	(46.163)	–	–	(46.163)
	(120.000)	(195.000)	–	(315.000)
	(156.877)	(195.698)	43.914	641
	169.933	–	789.585	799.328

Saldo em 31 de dezembro de 2024

	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	relacionadas ao Projeto de modernização das UHE's	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	1	Reforço de capital de giro	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupia e Ilha solteira	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Alongamento do perfil do endividamento e reforço de capital de giro	

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2024	2023
Ebitda/Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	75,01	19,39
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,02	0,50
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,21	0,24

14.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira, Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 75 milhões da 1ª emissão, R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings

iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

15.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

15.2. Composição e movimentação

	Dividendos propostos/ Saldo em 2023 adicionais e JSCP constituídos Pagamentos Saldo em 2024			
(A) Dividendos				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	447.877	—	447.877
Huikai Clean Energy S.Á.R.L.	—	223.935	—	223.935
	—	671.812	—	671.812
(B) Juros sobre capital próprio (*)				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	427.835	477.136	(427.835)	477.136
Huikai Clean Energy S.Á.R.L.	213.915	238.564	(213.915)	238.564
	641.750	715.700	(641.750)	715.700
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	641.750	1.387.512	(641.750)	1.387.512

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 6.100 para 2024.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo para administradores	6.395	5.020
Benefícios pós-emprego	273	222
	6.668	5.242

O valor de remuneração do pessoal chave da administração excedeu seu valor previsto em AGO diante do pagamento de verbas não estimadas quando da elaboração do orçamento para o exercício.

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

16.3.1. Composição

	2024		2023		
	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A	—	—	7.667	—	7.667
Rio Canoas Energia S.A.	—	128	12	—	12
Rio Verde Energia S.A.	—	73	10	—	10
CTG Trading Brasil Ltda.	—	167	—	—	—
Rio Paranapanema Energia S.A.	—	608	795	—	795
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.Á.R.L.	1.515.886	—	381.345	746.367	1.127.712
	1.515.886	976	389.829	746.367	1.136.196

16.3.2. Resultado

	2024			2023		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A	—	(53.665)	(53.665)	—	(57.883)	(57.883)
Rio Canoas Energia S.A.	—	1.349	1.349	—	1.289	1.289
Rio Verde Energia S.A.	—	759	759	—	729	729
CTG Trading Brasil Ltda.	(17)	—	(17)	778	—	778
Rio Paranapanema Energia S.A.	—	(2.564)	(2.564)	—	(4.453)	(4.453)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	—	—	—	—	274	274
	(17)	(54.121)	(54.138)	778	(60.044)	(59.266)

16.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.Á.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.Á.R.L., seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data base desta demonstração financeira e a taxa de conversão para 31 de dezembro de 2024 em dólar foi de R\$ 6,1923, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato de empréstimo com a CTG Lux prevê amortizações semestrais, mas ao longo de 2024 não foram realizados esses pagamentos. A parcela de vencimento Mai/2024 foi antecipada ainda em 2023 dada às condições favoráveis de câmbio. Acerca da parcela de vencimento Nov/24, houve negociação com a parte relacionada para postergação em virtude da deterioração das condições do mercado de câmbio nos últimos meses do ano.

O contrato não possui nenhuma cláusula de Covenants.

16.4.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.127.712
Movimentação	
Apropriação de juros	75.756
Variação cambial ativa	(49.488)
Variação cambial passiva	361.906
	388.174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.515.886

16.5. Características do contrato com a CTG Lux

Controladas	Remuneração	Data da emissão	Data de vencimento	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
Rio Paraná Energia S.A.	4,29% ao ano + USD	22/08/2016	20/11/2025	semestral	17	Pagamento da primeira parcela da bonificação da outorga para a exploração, pelo prazo de 30 anos, das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Eng. Souza Dias (Jupia).

17. PROVISÕES PARA GRANDE REPAROS

17.1. Política contábil

A Companhia possui contratos dentro do alcance do ICPC 01 (Interpretação técnica baseada no IFRIC 12) que envolvem uma entidade privada (concessionário) e sua infraestrutura usada para prestar os serviços públicos ou melhorá-la, além de operá-la e mantê-la pelo prazo da concessão.

Com base no CPC 25 e nas estimativas de engenheiros e administração, foi provisionado o valor total que se espera despende nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, tiveram suas atualizações projetadas com base na inflação e projetada até 2038 (término esperado para o projeto) e trazidas a valor presente, esse efeito é registrado no resultado financeiro em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

17.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	372.500	3.037.236	3.409.736	382.992	3.148.661	3.531.653
(-) Ajuste a valor presente	(42.854)	(1.438.466)	(1.481.320)	(44.061)	(1.603.501)	(1.647.562)
	329.646	1.598.770	1.928.416	338.931	1.545.160	1.884.091

17.3. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.531.653	(1.647.562)	1.884.091
Realização de provisão	(229.910)	—	(229.910)
Atualização	107.993	—	107.993
Amortização - Ajuste a valor presente	—	166.242	166.242
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.409.736	(1.481.320)	1.928.416

18. PROVISÕES PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

18.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;

ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e

iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

As ações discutem as demolições de construções irregulares na Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

18.2. Provisões para riscos

18.2.1. Composição e movimentação

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
(A) Provisão para riscos				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.377	11	19.883	24.271
Provisões/(reversões)	(2.068)	11	(20.190)	(22.247)
Variações monetárias	71	1	307	379
Acordos/pagamentos	(1.039)	(8)	—	(1.047)
	(3.036)	4	(19.883)	(22.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	—	1.356

(B) Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.304)	—	—	(1.304)
Variações monetárias	(27)	—	—	(27)
(Adições)	(243)	(14)	—	(257)
Baixas	1.086	—	—	1.086
	816	(14)	—	802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	—	(502)
(A+B) Provisões líquidas				
Circulante	—	—	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	—	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967
Não circulante	853	1	—	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	—	854

(A) Provisão para riscos

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Circulante	—	—	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	—	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	—	854
	853	1	—	854

(A) Provisão para riscos

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Provisões	2.857	9	—	2.866
Variações monetárias	450	1	12.338	12.789
Acordos/pagamentos	(831)	—	(175.854)	(176.685)
	2.476	10	(163.516)	(161.030)
	4.378	11	19.883	24.272

(B) Depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Variações monetárias	—	—	—	—
(Adições)	(13)	—	—	(13)
Baixas	(1.875)	—	—	(1.875)
Reclassificações (i)	583	—	—	583
	—	—	—	—
	(1.305)	—	—	(1.305)
	(1.305)	—	—	(1.305)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

(A+B) Provisões líquidas

Não circulante	1.902	1	183.399	185.302
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902	1	183.399	185.302
Circulante	—	—	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	—	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

18.2.2. Trabalhistas

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

18.2.3. Regulatórias

Em 2023, foi aplicado o Despacho 497/2023 que determinou a recontabilização do Valor dos Impostos e Contribuições (VIC) de janeiro de 2016 a janeiro de 2022 referente aos ajustes de PIS/COFINS, resultando na dedução de R\$ 175,9 milhões na liquidação da receita de cotas referentes aos meses de junho e setembro, registradas em julho e outubro de 2023, respectivamente. Sem novas sinalizações por ajustes, a Companhia registrou a reversão do saldo remanescente em relação à provisão constituída no valor de R\$ 20,2 milhões.

18.3. Contingências possíveis

18.3.1. Composição

	2024	2023
Trabalhistas	12.050	6.984
Fiscais	642.746	594.665
Ambientais	15.892	16.391
Regulatórias	11.554	2.435
Cíveis	3.908	3.883
	686.150	624.358

Demonstramos abaixo, as principais variações nas contingências possíveis da Companhia, atualizadas para 31 de dezembro de 2024:

18.3.2. Trabalhistas

As contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 12.050 para dezembro de 2024 (R\$ 6.984 em 31 de dezembro de 2023). As variações decorrem do incremento de novas ações trabalhistas promovidas por ex-empregados próprios e de terceiros e atualização monetária, bem como da baixa de ações trabalhistas em razão de acordo ou decisões parcialmente/totalmente favoráveis.

18.3.3. Fiscais

i. Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Diretoria, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso é de R\$ 632.958 (R\$ 589.421 em 31 de dezembro de 2023);

ii. Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor atualizado é de R\$ 5.586 (R\$ 4.719 em 31 de dezembro de 2023);

iii. Processos administrativos e judiciais que discutem o recolhimento de ISSQN para o município de Três Lagoas durante o período da modernização e o valor para 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.202.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3.4. Ambientais
18.3.4.1. Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos passíveis de estimava
As contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de atualizações monetárias relativas às ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:
i. ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente - (APP) e recuperação dos danos ambientais causados;
ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;
v. cumprimento de Programas Ambientais.
Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais, em 31 de dezembro de 2024:
• 6 Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), totalizando R\$ 9.462 (R\$ 8.521 em 31 de dezembro de 2023), por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupia, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de sultura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio - MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;
• Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na sultura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupia e Ilha Solteira. Foi proferida a sentença (decisão de 1ª instância) julgando improcedente a ação e os autos aguardam eventual oposição de Embargos de Declaração e/ou interposição de Recurso de Apelação pelo MPF. O valor atualizado é de R\$ 6.149 (R\$ 5.886 em 31 de dezembro de 2023);
• 44 Ações de indenização por danos morais e materiais ajuizadas em 2023 por supostos pescadores em face da Rio Paraná e CESP/AUREN, cuja discussão se refere ao suposto dano causado pelo blecaute ocorrido na UHE Jupia em 2009, o qual teria levado à morte de peixes na região do rio Paraná, reduzindo a renda mensal dos mesmos. 34 processos já tiveram Decisão Judicial extinguindo as ações sem resolução de mérito por ausência de interesse processual, e que transitaram em julgado, com decisões favoráveis à Rio Paraná. O valor atualizado é de R\$ 281 (R\$ 1.984 em 31 de dezembro de 2023).

18.3.4.2. Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos não passíveis de estimativa
523 Ações Cíveis Públicas - movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:
i. recuperação da APP;
ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.
A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

18.3.5. Regulatórias
As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 11.554, decorrente de ações judiciais ajuizadas por municípios em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1ª instância.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado
As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

	2024 e 2023	
Acionistas	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

19.2. Reservas de lucros
A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

19.3. Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada, para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.885.531	2.251.422
Constituição da reserva legal	94.276	112.571
Base de cálculo dos dividendos	1.791.255	2.138.851
Distribuições		
Dividendos	671.812	—
Juros sobre capital próprio	842.000	755.000
	1.513.812	755.000
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	447.814	534.713
Distribuições adicionais	1.065.998	220.287

	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 03/12/2024	Juros sobre capital próprio	842.000	0,12004
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	755.000	0,10764

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.
Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:
i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

20.1. Política contábil
20.1.1. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.
A Companhia reconhece a receita quando:
i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:
O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.
20.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)
Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.
É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.
20.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)
O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.
A RAG é composta pelas seguintes partes:
GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão.
Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e PDI: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

20.1.4. Receita de ativos financeiros
Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.
Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	801.278	970.793
Contratos ACR	1.619.684	1.584.770
Mercado de curto prazo (MCP)	116.573	61.502
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	5.161	4.228
	2.542.696	2.621.293
Receita de ativos financeiros		
Juros e atualização monetária	1.713.864	1.596.837
	1.713.864	1.596.837
Total receita operacional bruta	4.256.560	4.218.130
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(367.173)	(351.459)
ICMS	(1.696)	(6)
PDI	(11.472)	(38.324)
	(380.341)	(389.789)
Receita operacional líquida	3.876.219	3.828.341

21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	5.056.883	801.278	5.245.045	970.793
Contratos ACR	14.890.986	1.619.684	14.738.197	1.584.770
Mercado de curto prazo (MCP)	1.096.348	116.573	694.373	61.502
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	357.666	5.161	255.879	4.228
	21.401.883	2.542.696	20.933.494	2.621.293

(*) Não auditado pelos auditores independentes

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	623.582	111.484	46.766	9.936
Mercado de curto prazo (MCP)	51.997	3.151	18.976	5.558
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	462.766	10.254	334.600	5.033
(-) Crédito de PIS	—	(1.651)	—	(417)
(-) Crédito de COFINS	—	(7.607)	—	(1.920)
	1.138.345	115.631	400.342	18.190

(*) Não auditado pelos auditores independentes

21.3. Encargos de uso da rede elétrica
Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.
A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:
i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.
A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2024	2023
Tust	218.718	211.422
Tusd	5.732	5.625
Encargos de conexão	50	46
(-) Crédito de PIS	(3.681)	(3.571)
(-) Crédito de COFINS	(16.952)	(16.447)
	203.867	197.075

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

22. RESULTADO FINANCEIRO

22.1. Política contábil
As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2024	2023
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	107.953	76.662
Variações monetárias	44.948	52.827
Depósitos judiciais	43.579	52.593
Tributos a recuperar	8	11
Inadimplência CCEE	1.361	223
Variação cambial ativa	49.488	399.722
Compensação financeira	200	—
(-) PIS e COFINS	(5.086)	(3.585)
Outras receitas financeiras	17	195
	197.520	525.821
Despesas		
Juros	(181.997)	(263.276)
Debêntures	(106.241)	(139.163)
Empréstimos	—	(44.008)
Partes relacionadas	(75.756)	(80.105)
Variações monetárias	(2.909)	(15.743)
Provisões para riscos	(379)	(12.789)
Outras	(2.530)	(2.954)
Variação cambial passiva	(361.906)	(248.054)
Atualização/AVP de provisão de grandes reparos	(274.235)	(117.056)
Outras despesas financeiras	(1.698)	(1.942)
	(822.745)	(646.071)
	(625.225)	(120.250)

	2024	2023
Despesas		
Juros	(181.997)	(263.276)
Debêntures	(106.241)	(139.163)
Empréstimos	—	(44.008)
Partes relacionadas	(75.756)	(80.105)
Variações monetárias	(2.909)	(15.743)
Provisões para riscos	(379)	(12.789)
Outras	(2.530)	(2.954)
Variação cambial passiva	(361.906)	(248.054)
Atualização/AVP de provisão de grandes reparos	(274.235)	(117.056)
Outras despesas financeiras	(1.698)	(1.942)
	(822.745)	(646.071)
	(625.225)	(120.250)

23. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

23.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
23.1.1. Política contábil
As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		2.404.621			2.949.938	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(601.155)	(216.416)	(817.571)	(737.485)	(265.494)	(1.002.979)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Equivalência patrimonial de controlada	—	—	—	10	3	13
Juros sobre capital próprio (JSCP)	210.500	75.780	286.280	188.751	67.950	256.701
Doações Incentivadas	13.932	—	13.932	10.890	—	10.890
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	3.398	1.223	4.621	30.516	10.985	41.501
Incentivos fiscais	81	—	81	70	—	70
Outras (adições) permanentes, líquidas	(4.725)	(1.708)	(6.433)	(3.459)	(1.253)	(4.712)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(377.969)	(141.121)	(519.090)	(510.707)	(187.809)	(698.516)
IRPJ e CSLL correntes	352.435	131.930	484.365	286.166	106.974	393.140
IRPJ e CSLL diferidos	25.534	9.191	34.725	224.541	80.835	305.376
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	377.969	141.121	519.090	510.707	187.809	698.516
Alíquota efetiva	15,7%	5,9%	21,6%	17,3%	6,4%	23,7%

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.
Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.
A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para grandes reparos	378.455	136.244	514.699	298.099	107.316	405.415
Variação cambial	128.205	46.154	174.359	50.100	18.036	68.136
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	3.259	1.173	4.432	3.132	1.128	4.260
Provisões para riscos	1.956	704	2.660	4.287	1.543	5.830
Amortização de direito de uso	—	—	—	117	42	159
Outras provisões	907	326	1.233	331	120	451
Total bruto	512.782	184.601	697.383	356.066	128.185	484.251

Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos de ativo financeiro vinculado a concessão	(1.574.129)	(566.687)	(2.140.816)	(1.401.330)	(504.479)	(1.905.809)
Juros sobre depósito vinculado	(54.285)	(19.543)	(73.828)	(43.401)	(15.624)	(59.025)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(32.061)	(11.542)	(43.603)	(33.496)	(12.059)	(45.555)
Total bruto	(1.660.475)	(597.772)	(2.258.247)	(1.478.227)	(532.162)	(2.010.389)
Imposto diferido líquido	(1.147.693)	(413.171)	(1.560.864)	(1.122.161)	(403.977)	(1.526.138)
A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:						
	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030
Imposto diferido ativo	39.515	33.850	33.850	33.850	33.850	522.468
Imposto diferido passivo	(98.917)	(98.917)	(98.917)	(98.917)	(98.917)	(1.763.662)
Imposto diferido líquido	(59.402)	(65.067)	(65.067)	(65.067)	(65.067)	(1.241.194)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.
Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	1.885.531	2.251.422
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação	0,26881	0,32097

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Política contábil
Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.
Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

25.2. Classificação
A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:
i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
ii. Mensurados ao custo amortizado.
A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.
Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

25.3. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.
Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

25.4. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

25.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição
A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.
Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.
Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.
Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.
25.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial
25.6.1. Considerações gerais
A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.
Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	–	109	109	104	104
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.708.763	1.708.763	555.403	555.403
Clientes	Custo amortizado	–	417.925	417.925	394.850	394.850
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	–	12.651.773	12.651.773	12.245.768	12.245.768
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	633.176	633.176	589.715	589.715
Partes relacionadas	Custo amortizado	–	–	–	976	976
			15.411.746	15.411.746	13.786.816	13.786.816
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	–	118.581	118.581	86.500	86.500
Encargos setoriais	Custo amortizado	–	101.558	101.558	106.953	106.953
Debêntures	Custo amortizado	–	1.758.846	1.661.930	2.066.866	2.092.109
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	–	1.387.512	1.387.512	641.750	641.750
Partes relacionadas	Custo amortizado	–	1.515.886	1.515.886	1.136.196	1.136.196
			4.882.383	4.785.467	4.038.265	4.063.508

26. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO RECONHECIDOS

27.1. Contratos de compra de energia elétrica	
Contratos	Compromissos até
ACL - Contratos bilaterais	2028

28. EVENTO SUBSEQUENTE

28.1. Amortização de principal e pagamento de juros do empréstimo com partes relacionadas
Em 26 de fevereiro de 2025 a Companhia efetuou a amortização do empréstimo com partes relacionadas mantida junto a CTG Lux. Foi feita a amortização parcial do principal da parcela com vencimento original em novembro de 2024 no montante de R\$ 221 milhões e pagamento dos juros acumulados no valor de R\$ 88 milhões.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2025.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025
Zhang Liyi - Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da RIO PARANÁ ENERGIA S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025
Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Presidente	Cesar Teodoro - Diretor
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Márcio José Peres - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Zhang Liyi - Presidente	
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Conselheiro	Xingyang Cao - Conselheiro
	Zhigang Chen - Conselheiro

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria do Grupo CTG Brasil
Antônio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Paraná Energia S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Ativo financeiro vinculado à concessão
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1,1.2 e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência. A Companhia pagou um montante pelo direito de concessão, do qual uma parcela possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, classificada como ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão, registrado no ativo circulante e não circulante, é de R\$12.651.773 mil. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para definir as premissas de cálculo adotadas, consideramos a mensuração do ativo financeiro vinculado à concessão como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes; (ii) análise das movimentações dos saldos e testes substantivos sobre o modelo matemático e correspondentes dados e premissas.
Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação do ativo financeiro vinculado à concessão e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.
Provisão para grandes reparos
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 às demonstrações financeiras, ao adquirir os direitos associados à concessão das usinas de Jupia e Ilha Solteira, a Diretoria, com base nas estimativas de engenheiros, provisionou o valor total que se espera despendar nos reparos necessários à operação das referidas unidades geradoras, de acordo com os requerimentos e níveis de

disponibilidade previstos no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para grandes reparos, registrado no passivo circulante e não circulante, é de R\$1.928.416 mil.
Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para mensurar a expectativa de desembolsos futuros, consideramos a mensuração da provisão para grandes reparos como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos e dos processos e procedimentos para as contabilizações e as mensurações subsequentes; (ii) análise retrospectiva relativa aos montantes classificados no circulante e pagos no exercício corrente; (iii) análise das movimentações dos saldos, recálculo do ajuste a valor presente e testes substantivos em bases amostrais sobre os desembolsos realizados no exercício; (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.
Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram um ajuste sobre o saldo da provisão de grandes reparos, o qual não foi efetuado pela Diretoria por ser considerado imaterial nas demonstrações financeiras. Também como resultado de nossos procedimentos anteriormente descritos, identificamos determinadas deficiências de controles internos relacionadas à mensuração da provisão para grandes reparos, as quais nos levaram a alterar nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e modificar a natureza de nossos procedimentos planejados.
Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação da provisão para grandes reparos e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Valores correspondentes do exercício anterior
As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 28 de fevereiro de 2024.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/0-5



www.ctgbr.com.br

ctgbr.com.br



É com a nossa energia

que transformamos as regiões onde atuamos

Com mais de R\$ 20 milhões investidos em 2024, via leis de incentivo fiscal, apoiaremos a execução de 18 projetos socioculturais nas áreas de educação, cultura e esportes. Como líderes em geração de energia limpa, seguimos impulsionando um futuro melhor para as comunidades.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>